



“BÁRBARA, NÃO VÁ CRIAR CONFUSÃO”: SILÊNCIOS E SILENCIAMENTOS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Zaine Simas Mattos – PPGE/UFJF

Resumo: Instigada pelo livro “Silêncios e Educação”¹, senti-me estimulada a escrever sobre os silêncios e os silenciamentos que atuam nos processos de subjetivação das mulheres. Trabalhando em uma pesquisa sobre mulheres das camadas populares e educação formal, direciono o meu olhar investigativo para os silêncios e silenciamentos que posicionam homens e mulheres, reforçando naturalizações e enquadramentos que muitas vezes são reforçados pela escola. Neste sentido, trago o caso de Bárbara como forma de pensarmos estes processos e as naturalizações advindas desta relação. Para a fundamentação teórica, recorro às teorizações de Michael Foucault e suas contribuições para os estudos de gênero e sexualidade, problematizando as formações discursivas que produzem homens e mulheres como sujeitos generificados, construídos mutuamente nas relações de poder e força.

Palavras-chave: silêncios/silenciamentos, mulher e educação formal

Introdução

O livro *Silêncios e Educação* (FERRARI; MARQUES, 2011) retrata diferentes silêncios e silenciamentos que atuam nos processos de subjetivação em contextos de educação formal. Já em sua introdução, ele nos provoca a pensar em outras formas de silêncio e silenciamentos que não às tratadas no livro. Convida-nos a sair do lugar comum e suspeitar das naturalizações a que “estamos acostumados e que não nos chama mais atenção, nos incita a procurar mais espaços, momentos e situações de silêncio, nos leva às nossas memórias pessoais e de escola” (*idem*, p.20).

A provocação do livro rebateu em mim de forma imediata. Primeiramente porque venho dedicando-me a uma pesquisa sobre mulheres das camadas populares e educação formal. Percebo que a educação formal das mulheres, sobretudo dos estratos populares é perpassada por silêncios e silenciamentos, seja de seus corpos, de seus discursos ou seus posicionamentos, mas que, no seu conjunto, dizem de sua posição de gênero. Instigou-me, ainda, por perceber que o livro não apresentava um artigo que tratasse especificamente sobre os silêncios e silenciamentos das mulheres e educação formal. Percebi que o tema merecia ser problematizado como forma de desnaturalizar as posições de gênero, possibilitando novas e

¹ FERRARI, Anderson; MARQUES, Luciana Pacheco. **Silêncio e educação**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

“subversivas propostas sedutoras de pensar a educação e seus desdobramentos para a subjetividade” (FERRARI; MARQUES, 2011, p. 25).

A pesquisa que venho desenvolvendo tem como questão central problematizar de que modos as relações de gênero atravessam ou afetam a vida escolar das mulheres das classes populares. Sendo as relações de gênero construídas discursivamente, é possível afirmar que o falar e o calar, o deixar falar e o fazer calar, são usados pelos sujeitos como estratégias de poder e força para posicionar o outro. Dessa forma, acredito que pensar os silêncios e os silenciamentos nas relações de gênero, se constitua em um caminho de pesquisa que muito pode contribuir para a problematização da construção das identidades femininas e dos processos de subjetivação que se dão nestes meios populares e suas interfaces com a educação formal. Essas temáticas me aproximam das relações de gênero, de forma que, para movimentar-me nestas questões de investigação, referencio-me ao arcabouço teórico de Michael Foucault e suas contribuições para os estudos de gênero e sexualidade como atos discursivos. Compreendo gênero como construção social e histórica (SCOTT, 1990; 1994), o que exige um distanciamento das perspectivas essencialistas e biologicistas (LOURO, 1997) sobre este conceito. Louro (1997) explicita a necessidade de se desnaturalizar as diferenças e desigualdades em relação gênero, demonstrando o caráter social na construção destas diferenças. Portanto, as diferenças não estão na essência das pessoas e nem são ligadas fundamentalmente as suas características físicas e sexuais. As diferenças e desigualdades são construções sociais, culturais e discursivas sobre os corpos, visando determinar-lhes modos de ser e estar no mundo.

Meyer (2004) elucida que a perspectiva feminista pós-estruturalista exige que se opere com o conceito de gênero tendo em vista o caráter cultural e social de produção das diferenças e desigualdade entre homens e mulheres, caracterizadas por serem construídas discursivamente e não biologicamente determinadas. Ainda segundo esta autora o foco na relação entre os gêneros não deve ser encarada como simples dominação, mas sim como relações de poder onde as “diferenças e desigualdades são produzidas, vividas e legitimadas” (*Idem*, n.p). Portanto o que se procura é operar com o caráter relacional do conceito, além de romper com a homogeneidade, a essencialização e a universalização, explorando “a pluralidade, a conflitualidade e a provisoriade dos processos que delimitam possibilidades de se definir e viver o gênero em cada sociedade e nos diferentes segmentos culturais e sociais” (*Ibidem*, n.p).

Com a pesquisa que estou desenvolvendo, busco contribuir para com a problematização das naturalizações que são construídas na sociedade e referendadas na e pela escola. Busco desnaturalizar as práticas rotineiras que enquadram as mulheres em representações sociais tidas como ideais, universais, a partir da problematização das diferenciações e desigualdades colocadas para as mulheres.

Sem a pretensão de esgotar o tema, mas visando organizar o presente artigo, irei inicialmente, falar sobre as distinções e complementaridades entre silêncios e silenciamentos e seus rebatimentos nos processos de subjetivação. Para problematizar os silêncios e silenciamentos que ocorrem nas escolas, trago o caso de Bárbara como forma de pensarmos estes processos e as naturalizações advindas desta relação. Finalizando, discuto os silêncios e silenciamento das mulheres na atualidade e desenvolvo as considerações finais.

Silêncios, silenciamentos e processos de subjetivação

Segundo Ferrari (2011), o silêncio e os silenciamentos fazem parte das formações discursivas envolvidas no disciplinamento dos sujeitos. Falar e calar estão envolvidos nos mesmos jogos de poder e força. A mesma formação discursiva que permite a uns falar, pode colocar o outro na posição de calar-se. O silêncio é a falta de ruídos, a abstenção da fala, é o silenciar-se. O silêncio pode se dar por opção, por medo ou como estratégia de poder.

O silenciamento, é de outra ordem, parece ser uma ação sobre o outro, portanto, uma estratégia para impor o silêncio, que, em se tratando de correlações de força, pode obter êxito ou não. Compreendendo o silenciamento como uma estratégia disciplinar, sabe-se das resistências que atuam nos jogos de poder, que podem operar no rompimento dos silêncios ou na submissão ao silenciador.

Assim, estou pensando o silêncio como relação, que pode envolver obediências, submissões ou mesmo resistências. E, em diálogo com o silêncio, silenciamento como ação de calar o outro, podendo ser efetivo em sua ação ou sofrer resistências. Silêncios e silenciamentos que constroem lugares de sujeitos, formas de ver e de se relacionarem. Neste sentido, este artigo é um convite a pensar situações e períodos históricos em que as relações de saber-poder foram utilizadas para silenciar as mulheres e governar os seus corpos. A dominação seria então uma das inúmeras formas, e não a única, em que o poder se exerce na sociedade. E, como ele não se encontra em um único lugar, mas se dá na relação, me parece

possível pensar nas inúmeras formas de resistência que operam nos silêncios e silenciamentos discursivos.

As teorizações foucaultianas seriam então ferramentas (VEIGA-NETO, 2007) potentes para pensarmos os silêncios e silenciamentos em meio aos processos de subjetivação das mulheres das classes populares e suas inter-relações com a educação formal.

Sempre que evocamos Foucault, nos vem a mente as suas teorizações sobre saber e, sobretudo, as questões do poder. No entanto, é Foucault quem alerta: “Não é, pois, o poder, mas o sujeito o que constitui o tema geral de minhas investigações” (FOUCAULT, 2003, p. 233). A abordagem que Foucault utiliza para problematizar o sujeito é uma abordagem histórica que se distancia da concepção cartesiana de sujeito racional, coerente, universal e desde sempre aí. Foucault percebe o sujeito através de processos de subjetivação e objetivação imanentes a sua história e cultura. Os sujeitos são datados e apresentam uma forma que se constitui na história, no seu tempo.

Os sujeitos não são universais, não são substância *a priori*, são indivíduos que se tornam sujeitos na sua imanência. São formados a partir de verdades de seu tempo, por atos discursivos que os produzem a partir de jogos de verdades, que os objetivam e os subjetivam incansavelmente.

Assim, trabalhar com os processos de subjetivação generificados é nos remetermos aos atos discursivos envolvidos nestes processos que enquadram, normatizam, silenciam e dizem do sujeito. As mulheres, como sujeitos construídos por práticas discursivas, são atravessadas por jogos de verdades que dizem de seu corpo, de sua sexualidade de sua forma de ser e estar no mundo. Várias são as verdades implicadas nos seus processos de subjetivação. Pensar nestes processos é pensar também nos silêncios e nos silenciamentos de seu corpo e de sua história. Ferrari (2011) fala sobre esta relação entre corpo e silenciamento:

Outro ponto importante a destacar é a necessidade de materialização dos discursos, ou seja, são corpos que dão lugar as ações e aos discursos. Dessa forma, o corpo pode ser entendido como lugar privilegiado dos processos disciplinares, da formação das identidades de gênero e sexuais, dos atos performativos e da constituição das normas a que nos referimos como sujeitos. Processos de construção que são culturais, que revelam a cultura (p.85).

Como formações e práticas discursivas, os silêncios e silenciamentos vêm construindo verdades diferenciadas para os gêneros. Como o poder cria a todos e, não apenas os dominados, cria também quem domina. As relações de poder não se constituem apenas pelo

silenciamento do outro, mas pela própria produção das subjetividades em relação: a produção da subjetividade de quem silencia e de quem é silenciado.

Segundo Rago (1997), os processos de subjetivação ocidental do sujeito feminino são marcados por discursos misóginos, herdeiros das concepções vitorianas. De tempos em tempos, em maior ou menor grau estas verdades são utilizadas para dominar e submeter a mulher enquadrando-a, governando-a, silenciando-a, submetendo-a. Estes processos agem de forma a silenciar sua voz, seus gestos e suas vontades, gerando também resistências.

E, é a partir dessas problematizações que venho dialogando e aguçando meu olhar investigativo sobre as relações de gênero e educação formal, sem esquecer dos silêncios que preferem não dizer sobre as problematizações de desigualdades que ainda permeiam as relações de gênero.

Como os sujeitos são produzidos no discurso e pelos discursos, podem ser produzidos pelo silêncio. O silêncio se produz em meio a jogos de poder e força. Assim podemos afirmar que as mulheres são capazes de elaborar novos discursos a partir dos silêncios, podem romper com os silêncios e podem também silenciar a partir da produção de novos discursos. A questão não é entender como se produz os silêncios, mas desfazer redes discursivas que capturam, conformam e criam supostas identidades naturalizadas. Pensando nestas questões, trago o caso Bárbara, para problematizar as redes discursivas que entrelaçadas à escola, capturam, naturalizam e constroem um lugar generificado para os sujeitos.

O caso Bárbara

Com a leitura do livro *Silêncios e Educação* (FERRARI; MARQUES, 2011), retomei em minha memória um dos casos motivadores de minha pesquisa, ocorrido em uma escola confessional particular do município de Juiz de Fora - MG. Aquele incômodo inicial de ter ouvido de Bárbara o enquadramento e a discriminação de gênero, me veio com mais intensidade, exigindo pensá-los em sua discursividade, como relações de poder e força que busca enquadrar e docilizar os corpos femininos.

Bárbara² estava durante o recreio, brincando com as colegas de fazer mágicas com um baralho de cartas. Diante do fato, o disciplinar da escola pediu que ela lhe entregasse as cartas, já que naquela instituição não era permitida “a prática de jogos de azar”. A aluna dirigiu-se

² Nome fictício com vistas a preservar o anonimato.

para o disciplinar e esclareceu que aquele não era um jogo de azar, que o que estava fazendo era brincando de cartas, fazendo mágicas. Como o disciplinar não aceitou a explicação e continuou a insistir que a menina entregasse as cartas, esta argumentou que se ele fosse recolher o seu baralho, deveria também recolher o baralho dos meninos, uma vez que estes sim, estavam jogando Yu-Gi-Oh³, e que se o problema era jogar, os meninos estavam mais errados que ela.

Mesmo diante da argumentação fundamentada da menina, o disciplinar insistiu para que ela lhe entregasse as cartas, disciplinando-a e silenciando-a sob a alegação: “*Bárbara, entregue as cartas... os meninos, você sabe... não obedecem, por isso não irei tomar o baralho deles. Mas, você é boazinha, não vai criar confusão. Vai?...*”⁴. A menina, mesmo indignada e a contragosto entrega as cartas ao disciplinar. Segundo ela, se pudesse não as entregaria, mas como ficou com medo de ter que ir para a diretoria da escola preferiu deixar para lá “*ele não entende mesmo, é um idiota, igual aquele bando de meninos*”.

Bárbara parece compreender o silenciamento que o disciplinar tenta lhe impor em decorrência de seu gênero, assim busca não se calar, argumenta como pode, tentando mostrar ao disciplinar a diferenciação que ele estava fazendo entre meninos e meninas. Este, por sua vez, parece não compreender a provocação da menina. Ele silencia-se diante da problematização levantada pela menina, e, seja por comodidade ou por falta de entendimento, naturaliza as diferenciações de gênero, não se demovendo de sua postura inicial.

Com o relato acima, fico a refletir, até que ponto, nós mulheres não fomos sendo silenciadas e ainda hoje sofremos interdições e silenciamentos em decorrência de questões ligadas a gênero. Ao mesmo tempo, penso em como utilizamos do silêncio como estratégia de poder. A menina sentiu-se injustiçada, argumentou, contra-argumentou e por fim preferiu o silêncio. Atendeu ao disciplinamento, fez jus a posição de quem não causa confusão, argumentou até onde foi possível argumentar, nos limites do possível, do confortável. Movimentou-se entre o falar e o calar.

Diante da intransigência do disciplinar a menina prefere se calar e entrega as cartas a ele. A menina parece querer evitar maiores problemas e, naquele momento, se cala frente a incapacidade de compreensão do outro. Talvez por receio de que os demais adultos da

³ Jogo de cartas que é baseado em invocação de monstros e ativação de magias e armadilhas num duelo entre oponentes. Vários jogos fictícios no anime e mangá de *Yu-Gi-Oh!* foram adaptados em cartas, tabuleiros e video games. A série de anime e mangá *Yu-Gi-Oh!* introduz o jogo de cartas original criado por [Takahashi](#).

⁴ Será utilizado a fonte em itálico nas falas para diferenciar das citações.

instituição não compreendessem o que ela estava tentando problematizar. Parece saber onde e quando falar e calar. Ela se movimenta no silêncio.

Contudo, o seu silêncio é momentâneo e pontual uma vez que em outros espaços ela retoma o acontecido e novamente problematiza a diferenciação de gênero que sofrera, buscando fóruns que compartilhassem com ela da indignação que é ser silenciada em relação ao outro gênero. Indigna-se frente a justificativa de que os meninos, por serem “agressivos”, “incompreensíveis” e “indisciplinados” tem direito de transgredir as regras da escola. Indigna-se pelo fato do disciplinar realmente tentar discipliná-la em sua condição de menina, criando para ela um lugar de “boazinha”, “obediente” e “compreensiva” pelo simples fato de ser menina.

A menina se calou diante da falta de percepção do disciplinar em relação as naturalizações de gênero, mas acreditando ter sido injustiçada, em vários momentos, com colegas, com professores e com familiares ela retoma o assunto. Dentre estes demais adultos, uns lhe compreendem, outros nem tanto. Parecem preferir o silêncio diante do fato, escutam, as vezes dão razão a menina, mas nada fazem de efetivo diante dos fatos. Mudar posturas naturalizadas exige transformações de atitudes, embates, exige debate e posicionamento político, transpiração, o que nem sempre motiva as pessoas, que preferem “*deixar as coisas como estão*”. O silêncio é utilizado como forma de não problematizar as relações de gênero, como forma de passividade frente a uma possibilidade de mudança.

As mulheres são colocadas em um espaço de passividade que constrói possibilidades de silenciá-las em sua condição de diferença frente aos homens. Os discursos dizem de um entendimento e compreensão maior das mulheres em relação aos homens: “*não adianta falar, você sabe, são meninos, não adianta falar com eles, eles não vão obedecer*”. O disciplinar parece acreditar em uma naturalização das atitudes femininas e masculinas, que constrói verdades, que produzem marcas sobre os corpos de homens e mulheres, como se os homens fossem naturalmente agressivos, indisciplinados e incompreensivos e as mulheres como naturalmente boazinhas, obedientes e compreensivas. Essa compreensão naturalizada de mulheres e de homens, muito além de colocar as mulheres em num lugar de “compreensivas” e “boazinhas” pode construir para elas um lugar de passividade em relação aos homens e, como o poder se dá na relação, constrói-se a naturalização de homens como “agressivos”, “malzinhos” e “incompreensíveis”. O disciplinar dá um lugar para a menina, um lugar de boa menina, de menina obediente que se contrapõe com o lugar dos meninos que não são tão bons moços como ela. Assim, constrói meninos e meninas como opostos.

Fazer calar e dizer de formas de se comportar em relação ao outro gênero é mais do que silenciar, é colocar o sujeito em um lugar, é objetivá-lo, enquadrá-lo em uma representação, é discipliná-lo. Veiga-Neto (2007) esclarece que somos uma sociedade disciplinar e nem por isso disciplinada. Assim, por mais que as escolas e demais instituições disciplinares, através de ações discursivas e não discursivas, atuem sobre os sujeitos no sentido de discipliná-los, nem por isso serão efetivas, “já que essas práticas estão atravessadas por relações de poder e jogos de força, que organizam as negociações e confrontos entre os envolvidos, exigindo o seu constante investimento e vigilância” (FERRARI, 2011, p. 92).

O caso de Bárbara é apenas um exemplo de inúmeras situações de enquadramentos, silenciamentos e naturalizações que ocorrem, cotidianamente nas escolas. Poderíamos descrever vários outros casos de sutis diferenciações, repetidas nas escolas, que buscam o silenciamento das mulheres: “*menino é tão levado!*”, “*meninas são mais obedientes*”, “*menino desacata mais*”, “*Querida, vê se sossega! Tá parecendo um moleque!*”.

Bárbara utilizou-se do falar e do silêncio de forma estratégica. Movimentou-se no silêncio, transitando por regularidades e possibilidades de rupturas, travou resistências. Em outros espaços e contextos, as mulheres transitam por formações discursivas, são posicionadas e se posicionam dentro de suas possibilidades, buscando outros espaços, ou aceitando o lugar criado para ela. Para além do caso Bárbara outros silêncios e silenciamentos necessitam ser pensados e problematizados, refletindo-se sobre as posições da mulher na atualidade.

Ecoss de Bárbara: silenciamento das mulheres e a atualidade

O caso Bárbara e o presente artigo estão situados nesta relação de regularidade e ruptura. O disciplinar atua no sentido de coloca Bárbara no lugar. Um lugar que ele parece acreditar ser o lugar dela, uma vez que ela é uma mulher e, por isso, necessita se enquadrar no lugar de obediente e boazinha. Ao construir um lugar para Bárbara, o disciplinar constrói também um lugar para os meninos, ao mesmo tempo em que constrói um lugar para si próprio, situando-se como homem e diferente de Bárbara. Como Bárbara, outras mulheres são posicionadas por homens, que ao criarem um lugar para a mulher reafirmam o próprio lugar, numa visão dicotômica e polarizada.

Mulheres são constantemente posicionadas em lugares naturalizados para o sujeito feminino. E a proposta deste artigo é desnaturalizar estas posições, propondo pensar em outros lugares a serem inventados, pautados em relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

Um dos silenciamentos que atuam nos processos de subjetivação feminina se refere ao seu silenciamento histórico. A história como sendo produzida eminentemente por homens, determinou, através de uma discursividade masculina, o silenciamento das mulheres neste campo.

A invisibilidade da mulher engendrada por uma cultura androcêntrica produz discursividades de pouca participação da mulher na esfera pública, o que vem produzindo uma discursividade de passividade e de invisibilidades das mulheres, ao passo que coloca os homens como os grandes vultos patrocinadores das grandes transformações da humanidade (RAGO, 2009).

O silêncio é parte de um ato discursivo, ou seja, o silenciamento das mulheres na história faz parte de um processo de constituição da história como algo masculino, como uma produção discursiva a partir da perspectiva masculina. Não é que as mulheres não estiveram na história. Não é que o lugar dos homens na história se fez independente das mulheres, estes lugares de silenciamentos, visibilidades e invisibilidades se deram nas relações discursivas entre homens e mulheres. Contudo, se deram em um momento em que as relações de força e poder tendiam para uma visão masculina de mundo. As mulheres estavam no silêncio, elas estavam na constituição do homem como transformador da história e da sociedade. Esse lugar do homem não se daria se não fosse o silenciamento e o silêncio das mulheres.

Pensando com Rago (1993), acredito que mais importante do que fazer a história dos dominados e, neste caso, a história das mulheres, o que propõe Foucault (1998) é pensar nas forças que as colocaram neste lugar de silenciamento histórico. Pensar nas forças que estiveram em conflito nesta constituição histórica, nas condições de emergência do silenciamento histórico das mulheres e do silêncio dos homens em relação a história feita também pelas mulheres. E, aí sim, desnaturalizar e desconstruir estas forças.

Outro ponto importante a ser discutido, para além do caso Bárbara, é a instituição escolar como mecanismo que vem sendo utilizada para silenciar as mulheres. O caso Bárbara não é um caso isolado. Várias outras Bárbaras são cotidianamente silenciadas no meio escolar. A escola é um espaço onde as discriminações, enquadramentos e preconceitos se reproduzem insistentemente. Neste sentido, Ferrari (2011) aponta que:

podemos pensar que os processos de silêncio e silenciamento ocorrem em diferentes dimensões: para calar os alunos diante da necessidade de uma explicação, para colocar em vigor um entendimento de disciplina e controle de turma, mas também para silenciar práticas, assuntos e comportamentos tidos como indesejáveis e não valorizados (p.72).

É o que o disciplinar se empenha em fazer com Bárbara, dar-lhe um lugar de obediente e boazinha, o lugar daquela que segue os padrões de menina que não cria confusão. O disciplinar aponta para o disciplinamento de Bárbara, indicando que não é desejável que ela seja desobediente ou contestadora. Como menina, o normal é que obedeça.

Na escola que vem se delineando como meu campo de pesquisa, uma escola pública do município de Juiz de Fora-MG, é possível perceber silenciamentos, enquadramentos e naturalizações, tais quais as formações discursivas que atuavam no embate entre Bárbara e o disciplinar da escola particular. Diferenciando-se na realidade sócio econômica, as relações de gênero são igualmente naturalizadas, utilizando-se de silenciamentos para posicionar os sujeitos: *“É nós, véi! Quem manda aqui é os meninos!”*, *“Eu também era inteligente, igual a Raquel (filha da entrevistada), mas fui burra pra vida, fui enchendo de filho. Pelo menos filho eu sei criar, mas tô meio cansada, eu devia é ter estudado...”*; *“Ah, a Rita, parou de estudar, tinha tudo para fazer uma faculdade né, tava indo bem na escola, sempre foi inteligente, mas conheceu um cara lá, meio mal elemento, repetiu de ano, aí o pai mandou ela embora, ela foi morar com o cara, arrumou um neném e o cara mandou ela parar de estudar. Também né agora tem que olhar a criança, né”*.

Estas falas dizem de formações discursivas em sua imanência, de realidades vividas e contingentes. Contudo, apresentam ecos de discursividades que dizem de um silenciamento das mulheres na educação formal e de silenciamentos frente aos homens, sejam elas pais, maridos ou colegas de escola. Falam de construções discursivas de mulheres de classes populares que se relacionam com saberes e poderes de seu meio. São construídas por estes saberes, ao mesmo tempo em que podem reforçá-los ou não. Estes discursos vão construindo um lugar para estas mulheres, ao passo em que elas vão se construindo dentro destes discursos. É a ação dos outros sobre elas e delas sobre elas próprias, dentro dessas formações discursivas. São discursos e políticas de verdade que utilizam-se do silenciamento dos sujeitos para enquadrá-los em determinadas formas de ser e, o sujeito agindo nestas relações, constrói a si próprio, muitos aceitando o silenciamento e outros resistindo a esta interdição. Os silêncios e os silenciamentos dizem da construção de subjetividades, processos pelos quais as

pessoas vão se tornando sujeitos, através das técnicas de si em confronto com os processos de objetivação/subjetivação.

Para além da escola, podemos falar ainda do silenciamento das mulheres que sofrem com a violência doméstica (SAFFIOTI, 2009). Podemos falar das vítimas de violência sexual que se calam, seja por vergonha ou por medo (CHACHAM e MAIA, 2009). Podemos falar das mulheres empobrecidas que não podem se pronunciar, ou mesmo mulheres que por questões de raça são interdidas (RIBEIRO, 2009). Há ainda as mulheres do campo silenciadas em suas condições peculiares (SILIPRANDI, 2009). As mulheres analfabetas. Podemos falar das mulheres que têm no trabalho e ocupação doméstica o seu silenciamento (SORJA, 2009). Podemos falar de mulheres silenciadas para o espaço público e o acesso ao lazer (PORTO, 2009).

Os artigos citados acima falam de multiplicidades, de diferentes formas de ser mulher, que em suas singularidades e especificidades vão se subjetivando e se construindo. Assim como Bárbara, muitas mulheres sofreram processos de silenciamentos. Umas se calaram, outras não. Umas aceitaram os posicionamentos construídos para elas, outras resistiram. Nesse processo, homens e mulheres vêm se construindo nas relações que estabelecem entre si. As mesmas forças que atuam nos processos de subjetivação das mulheres constroem também os homens, num jogo de poder e força, de “resistências e liberdades, o que não nos permite dizer de vencidos e vencedores nestes embates, mas em forças distintas e em confronto” (FERRARI, 2011, p. 92).

Ferrari e Marques afirmam: “só há silêncio onde há discurso” (2011, p. 22). Os discursos estão presentes no silenciamento de Bárbara e também em outros silenciamentos femininos. Falam de forças que, em determinados momentos, tendem para uma cultura misógina e polarizada. Nossa sociedade é efervescente em discursos. Discursos que dizem sobre os sujeitos e que dizem sobre o que os sujeitos podem falar, em que circunstâncias podem dizer e que sujeitos estão autorizados a dizer. As mulheres vêm progressivamente se colocando como sujeitos que podem dizer, mas têm que abrir este caminho dia a dia, tendo em vista que sutilmente a sociedade ainda lhes interdita o que dizer e em que circunstâncias dizer, uma vez que “discursos e silêncios [...] são atravessados por relações de saber e poder, uma vez que ambos não são transparentes, mas englobam possibilidades de sentidos e vozes, o que é dito e o que é silenciado” (FERRARI, 2011, p. 22).

Para Rago (2009), a partir da segunda metade do século XX, a saída da mulher para o espaço público muda substancialmente as concepções de mulher como um ser do espaço

privado, do casamento e da maternidade. E, eu diria, esta mudança de posição da mulher confere-lhe melhores condições para falar, ser ouvida e assim descerrar seus espaços de silenciamento.

Contudo, de acordo com a mesma autora, a sociedade brasileira atual está marcada por uma lógica e uma moral masculina que ainda impõe certas restrições às mulheres. As subversões femininas têm incomodado os homens a ponto de, segundo Rago (2009), aumentar a agressividade e a violência contra as mulheres. O medo de Bárbara em continuar a resistir ao disciplinamento imposto pela escola, pode se dever ao fato de perceber a lógica e a moral androcêntrica que ainda é marcante em nossa sociedade. Bárbara ainda tem medo. Tem medo dos discursos e das práticas machistas que não aceitam as subversões e confrontos femininos.

Mesmo diante de uma cultura filógena⁵ - que segundo Rago (2009) tem emergido desde o início do século XX -, às investidas das mulheres em busca de um não silenciamento e um não disciplinamento de seus corpos, tem provocado algumas resistências que antes de produzir novas masculinidades, tem engrossado algumas fronteiras de gênero. Este engrossamento de fronteiras tem ativado traços machistas e heranças patriarcais de masculinidades, caracterizadas pela misoginia e pelo falocentrismo, o que tem exigido das mulheres novas posições de sujeito que venha a se contrapor mais uma vez a lógica machista do mundo atual.

Considerações finais

O que procurei com o presente artigo é resgatar modos de silenciamento das mulheres, com vistas a buscar saberes e poderes que constroem verdades sobre homens e mulheres atuando em seus processos de subjetivação.

Como as construções de posições de sujeito sempre estão investidas em práticas disciplinares, posto que são atravessadas por relações de poder e força, ainda hoje percebemos os silenciamentos das mulheres mesmo que de modos menos declaradas, portanto mais sutis. Mas ainda sim, em pleno século XXI, podemos perceber o silenciamento das mulheres frente aos homens, uma vez que os silêncios e discursos são perpassados por “relações de poder e jogos de força, que organizam as negociações e confrontos entre os envolvidos, exigindo o seu constante investimento e vigilância”. (FERRARI, 2011, p.92).

⁵ Que seria segundo Rago (2009) uma cultura amiga das mulheres, uma cultura mais feminista e aberta às mulheres.

Embora aprisionada pelo aligeiramento de um artigo, e pela necessidade de mais aprofundamento teórico, o que me propus com o presente artigo é começar a pensar e a problematizar as questões que envolvem o silêncio e o silenciamento das mulheres no mundo atual, incluindo as relações com a educação formal e a instituição escolar, com vistas ao rompimento dos silêncios e dos atos performativos que os sustentam. Nas palavras de Ferrari:

Isso não significa dizer que estamos totalmente assujeitados [aos processos disciplinares]. Pensados como atos performativos de construção das identidades de gênero e sexuais, esses processos disciplinares na aproximação com a perspectiva foucaultiana, chama atenção para as possibilidades de resistências a partir dos próprios modos de sujeição. Resistências que sempre estarão presentes como possibilidades que se manifestam no cruzamento entre poder e contra-poder, discursos e contra-discursos. Estaria aberta nossas possibilidades de construir o próprio modo de vida transformando os mecanismos normativos que nos constituem em momentos para a problematização, a re-significação, a desconstrução e proliferação de outras possibilidades de agir e ser das subjetividades (2011, p. 109).

Por fim, chamo a atenção para o silêncio como forma de não problematizar as relações de gênero e o silenciamento como estratégias de poder com vistas a propiciar este silêncio.

REFERÊNCIAS

CHANCHAM, Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica Bara. Corpo e sexualidade da mulher brasileira. In: VENTURI, Gustavo; RACAMÁM, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2009.

FERRARI, Anderson. Silêncio e silenciamento em torno das homossexualidades masculinas. In: _____; MARQUES, Luciana Pacheco (Orgs.). **Silêncios e educação**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

_____; MARQUES, Luciana Pacheco. Silêncio e educação. In: _____; _____ (Orgs.). **Silêncios e educação**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos: Estratégias, poder-saber**. (vol IV). Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2003.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar E. Estebann; RIBEIRO, Cláudia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal . Gênero, Sexualidade e Educação. "Olhares" sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G.E.. In: **27ª Reunião Anual da Anped**, 2004, Caxambu/MG. 2004.

PORTO, Marta. Em busca do *Kairos*. In: VENTURI, Gustavo; RACAMÁM ,Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2009.

RAGO, Luzia Margareth. As Marcas da Pantera: Foucault Para Historiadores. **REVISTA RESGATE**, Centro De Memória DA UNICAMP, v. 1, n. 5, p. 0-0, 1993.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria In: VENTURI, Gustavo; RACAMÁM ,Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2009.

_____. Adeus ao Feminismo? Feminismo e Pós-Modernidade no Brasil. **Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth**, v. 3, n. 3, 1997.

RIBEIRO, Matilde. Relações raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: VENTURI, Gustavo; RACAMÁM ,Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: violência contra a mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RACAMÁM ,Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade. Porto Alegre: v. 16,nº. 2, p. 5-22. julho/dezembro de 1990.

_____. **Prefácio a Gender and politics of History**. São Paulo, ed: Unicamp. Cadernos Pagu (3). P.11-27. 1994.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RACAMÁM ,Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2009.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo; RACAMÁM ,Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2009.

SOARES, Vera. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; RACAMÁM ,Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.